

LÍNGUA, MÍDIA E ENSINO: BOBAGENS QUE CIRCULAM POR AÍ

José Geraldo Pereira Baião*
(zegeaes@uol.com.br)

"A mídia informa e comenta
com a profundidade da poça d'água
e a duração das bolhas de sabão."
(Luiz Gonzaga Belluzzo, economista)

Nossa mídia nativa frequentemente publica textos que tecem comentários acerca de questões relacionadas à língua portuguesa e ao seu ensino em nosso país. Tais textos, invariavelmente escritos por jornalistas – e não por pesquisadores especialistas na área de linguagem – caracterizam-se, na maioria das vezes, pela desinformação de seus autores acerca das pesquisas linguísticas desenvolvidas em nossas universidades bem como pelo desconhecimento das diretrizes traçadas pelo Ministério da Educação nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino de língua materna nas escolas brasileiras.

Abordaremos, como exemplificação desse tipo de reportagem tão frequente em nossa imprensa, artigo publicado na revista *Veja*, em sua edição de 12/09/2007 (“Restaurar é preciso; reformar não é preciso”), em que o jornalista Reinaldo Azevedo critica a aprovação legal do novo acordo ortográfico e, sobretudo, tece comentários desabonadores em relação às diretrizes oficiais estabelecidas para o ensino de língua portuguesa em nosso país.

Para o controverso articulista, conhecido por seus pontos de vista dogmáticos, inflexíveis e, sobretudo, conservadores, somos vítimas de (palavras suas) uma “moda” que se “espalhou como uma praga e contribuiu para formar gerações de analfabetos funcionais”. Com ares de quem detém a última palavra sobre o tema, o jornalista se mostra categórico: “as escolas renunciaram à gramática e, em seu lugar, passaram a ensinar uma certa 'Comunicação e Expressão', pouco importando o que isso significa

* Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB).

Biblioteca Digital, disponível em <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/23655>>

conceitualmente em sua grosseira redundância”¹. Na visão de Reinaldo Azevedo, o pretense descaso com a gramática normativa constituiria um dos males de nosso sistema educacional.

Primeiramente, é preciso dizer que o nosso iracundo articulista e a mídia nativa da qual ele se faz porta-voz parecem desconhecer uma obviedade patente: a língua não se confunde com a ortografia e muito menos com a gramática normativa. Em relação ao sistema ortográfico, por exemplo, basta lembrar que muitas línguas (denominadas *ágrafas*), como várias línguas indígenas, não têm uma escrita e, a despeito disso, seus usuários não deixam de se comunicar proficientemente nesses idiomas. Também prescindem da escrita, lembremos, a cultura de tradição oral, tão presente nas mais variadas sociedades humanas desde tempos imemoriais. Nunca é demais lembrar o fato de que, em nosso processo de desenvolvimento biológico, cognitivo e cultural de aquisição da linguagem, primeiro aprendemos a falar, ou seja, estruturamos um sistema linguístico em nossa mente e só depois temos acesso à ortografia dessa língua, caso frequentemos, obviamente, os bancos escolares ou tenhamos uma instrução formal da escrita do idioma. E não nos esqueçamos das pessoas analfabetas, que se expressam por meio da língua mas não têm o respectivo domínio de sua escrita.

Já em relação às prescrições da gramática normativa, Reinaldo Azevedo as identifica como sendo “a” língua e postula o equivocado pressuposto, incrustado no senso comum, de que o domínio das regras gramaticais arroladas nos grossos compêndios disponíveis nas livrarias constitui garantia para o respectivo domínio do idioma.

Deve-se deixar bem claro, no entanto, que a língua não se resume à gramática normativa, como o poder socialmente hegemônico quer fazer crer. Qualquer sistema linguístico constitui um processo interacional vivo e dinâmico, sempre em perpétua variação, adaptação e mudança, uma vez que viva e dinâmica se revela a sociedade que o estrutura e o recria cotidianamente em virtude de inúmeras demandas e contingências sociais,

¹ Não compartilhamos de tal ponto de vista, uma vez que o ensino de língua materna deve, fundamentalmente, trabalhar a *comunicação*, ou seja, fazer com que o aluno interaja socialmente com proficiência por meio da linguagem, nos mais diversos gêneros textuais, e também possibilitar que o educando *expresse* sua visão de mundo por meio das estruturas da língua. A *comunicação* encontra-se, portanto, relacionada a uma efetiva interação entre os falantes no meio social, ao passo que a *expressão* vincula-se à manifestação de estados de espírito do sujeito. Vê-se, assim, que a denominação “Comunicação e Expressão” para o ensino de língua materna objetiva ressaltar usos efetivos da língua, relativizando uma suposta autonomia do sistema linguístico, que, na visão dos tradicionalistas, prescindiria de uma comunidade de falantes historicamente determinada.

cognitivas, pragmáticas, tecnológicas, científicas, artísticas, etc. Toda língua, nesse sentido, constitui um eterno devir, já que produto das complexas e dialéticas cultura e psique humanas.

A gramática normativa não passa de uma idealização, uma utopia de uma pretensa língua que determinados setores sociais hegemônicos supõem “perfeita”, “correta”, “uniforme”, “homogênea”, “elegante” e “pura” – uma língua, enfim, encastelada no olimpo dos deuses, a que apenas alguns eleitos (os arautos da mídia nativa entre eles, claro!) teriam acesso. A gramática tradicional não passa de um receituário (precário) de como a língua, na visão da ideologia linguística hegemonicamente constituída na sociedade, deveria constituir-se e não como ela efetivamente se revela empregada pela maioria da população no dia a dia das interações sociais concretas.

Em seu texto, Reinaldo Azevedo escreve que “os nossos estudantes têm de ser bons leitores e bons usuários da língua formal. E isso se consegue com o ensino de uma técnica, que passa, sim, pela famigerada gramática”. Os fatos, porém, contradizem nosso articulista, uma vez que grandes escritores de nossa literatura, autores de textos de não ficção e jornalistas, por exemplo, não se mostram tão apegados assim ao rígido receituário gramatical.

Como exemplificação do que temos afirmado, vejamos algumas infrações às “regras da língua” (considerando, como quer Reinaldo Azevedo, que a gramática tradicional constitua o repositório exclusivo do verdadeiro saber linguístico) praticadas por profissionais da escrita:

a) uso do pronome pessoal reto em substituição ao oblíquo, o que constituiria crime de lesa-pátria segundo nossos próceres gramaticais (os destaques em *itálico* são nossos):

"Se o Robinho estivesse dando show no Real Madrid, a pressão seria muito maior. O técnico teria de colocar *ele* em campo." (CARTA CAPITAL, p.34)

"Outros casos são trágicos. Somam-se crises de depressão, tentativas de suicídio dele e da mãe – que, por fim, conseguiu acabar com a própria vida e ainda deixou uma carta culpando *ele*, o filho." (FOLHA DE S. PAULO, 2010, E6)

"O que acontece de dia com as estrelas? O que faz *elas* brilharem?" (GLEISER, p.11)

b) não concordância entre sujeito e verbo, outro “pecado mortal” para os gramatiqueros de plantão (os destaques em *itálico* são nossos):

"Mas *acontecía* muito mais coisas do que isso nos bastidores." (ARAÚJO, p.302)

"Como aqui no boqueirão sempre *estava* sucedendo desgraças, ele dizia que a mãe-d'água morava na lagoa." (ALENCAR, p.28);

"Quando se *comemorou* os 500 anos da descoberta ou do achamento do Brasil, predominou na análise das matérias publicadas na mídia o critério de julgar o passado com os valores do ano 2000." (CONY², E14);

"Nunca se *tomou* tantos vinhos importados." (PAIVA, D14);

"Para não *faltar* peças, estas eram produzidas em excesso, gerando estoques."³ (VEJA, 2007)

c) uso do verbo "ter" na acepção de "existir", em desacordo com o que estabelecem as normas da tradição gramatical. Confira, caro leitor, o que diz uma de nossas mais afamadas e tradicionais gramáticas normativas em relação a tal emprego verbal:

"Constitui erro grave, e todo o possível devemos fazer para evitá-lo, empregar o verbo *ter* com a significação de *existir*. Não devemos permitir frases como estas: 'Não *tem* nada na mala' (em vez de: 'Não *há* nada...') - 'Não *tem* de quê' (em vez de: 'Não *há* de quê') - 'Não *tem* lugar' (em vez de: 'Não *há* lugar')." (ALMEIDA, pp.242-243)

Um simples passar de olhos pelos textos de nossos escritores e jornalistas – pessoas que, insistamos, vivem do ofício de escrever – demonstra a caduquice desse preceito normativo anacrônico (destacamos em itálico o suposto uso "indevido" da forma verbal):

"O novo ministro das Relações Institucionais tem de ser do PT, mas não *tem* ninguém do partido à altura." (FOLHA DE S. PAULO, 2011, A2)

² Eis aqui um autor que gostaríamos de ver Reinaldo Azevedo criticar o "mau português"!

³ Temos nessa passagem um exemplo, não isolado, de "infração" às regras gramaticais estampado pela publicação à qual nosso iracundo articulista presta seus serviços.

Biblioteca Digital, disponível em <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/23655>>

“Tem uma pesquisa que mostra que sequer 10% dos pais ou mães de estudantes do Prouni chegaram a concluir o ensino superior.” (CAROS AMIGOS, p.21)

“Teve estados que explodiram em violência em uma década.” (ESTADO DE MINAS, p.9)

“No meio do caminho *tinha* uma pedra.” (DRUMMOND, p.133)

Os exemplos revelam-se inesgotáveis, mas não arrolaremos outros, primeiro, porque não constitui objetivo deste texto catalogar exaustivamente usos linguísticos destoantes em relação às prescrições da gramática tradicional e, segundo, porque não se quer cansar o leitor com obviedades patenteadas, ou seja, com exemplificações e abonações que só confirmam o óbvio: que até mesmo o uso culto escrito da língua destoa da norma padrão gramatical. Para quem se interessar em entender por que os usuários da língua empregam as estruturas linguísticas citadas nos trechos acima transcritos, basta procurar os textos acessíveis de linguistas como Ataliba Castilho, Mario Perini, Maria Helena de Moura Neves, Rodolfo Ilari, Marcos Bagno, Sírio Possenti, entre outros tantos pesquisadores brasileiros, autores que deveriam figurar também nos cursos universitários de jornalismo, uma vez que, assim, não encontraríamos tanta desinformação, por parte da mídia grande, a respeito do ensino de língua materna em nosso país.

O fato é que os casos que a gramática tradicional rotula como “erros” de linguagem constituem verdadeiras sistematizações gramaticais incorporadas pelos usuários do idioma – tratando-se, portanto, de legítimas regras gramaticais, simplesmente não contempladas pela tradição normativa, uma vez que esta se prende a modelos arcaicos e lusitanizantes de construções linguísticas que soam completamente estranhos para nós, brasileiros. Será que nossos tradicionais articulistas midiáticos, que demonstram tanta desinformação a respeito da língua e seu ensino em nosso país, já ouviram falar do conceito de *gramaticalização* proposto pela ciência linguística? Será que não percebem que o pretense português “correto” de hoje, tão incensado pela mídia nativa, resultou de gramaticalizações operadas a partir do latim “errado” de ontem?! E, fundamentalmente, que o processo de gramaticalização constitui um fenômeno incessante, característico e inevitável de todas as línguas humanas?

Ao lado da autoritária imposição de regras gramaticais extemporâneas, frequentemente ilógicas e ineficazes que não se revelam efetivamente empregadas pela maioria dos falantes, a gramática normativa

também apresenta inúmeras inconsistências teóricas, como, por exemplo (entre tantos outros que poderíamos arrolar):

a) classificar os verbos das três sentenças seguintes como *impessoais*: “Havia pessoas na sala”, “Faz calor aqui”, “Era bem cedo”. A contradição se mostra patente: a gramática tradicional classifica tais verbos como impessoais, mas eles se encontram na 3ª pessoa, ou seja, trata-se, portanto, de verbos pessoais, apesar de unipessoais;

b) conceituar o sujeito de uma oração como “o ser sobre o qual se faz uma declaração” (CUNHA e CINTRA, p.122). Por essa definição, numa sentença como “No estádio da minha cidade cabem 65.000 torcedores” deveríamos classificar como sujeito o termo “estádio da minha cidade”, uma vez que é sobre ele que se faz uma declaração. No entanto, o sujeito, por concordar com o verbo, é representado pelo termo “40.000 torcedores”;

c) rotular apenas os verbos como transitivos ou intransitivos, em virtude de regerem ou não um complemento sintático, mas não atribuir o mesmo fenômeno da transitividade aos nomes (substantivos, adjetivos, advérbios). A análise da gramática tradicional, assim procedendo, não se mostra coerente, uma vez que em sua descrição se mencionam os “complementos verbais” e os “complementos nominais”, mas se atribui apenas aos verbos o caráter da transitividade ou predicação. Numa sentença como “Nós lemos o livro”, a forma verbal “lemos” é tradicionalmente classificada como transitiva direta, por reger o complemento verbal “o livro”; já em “A leitura do livro nos agradou”, apesar de o sintagma preposicionado “do livro” exercer a função sintática de complemento nominal de “leitura”, não se encontra na descrição da gramática tradicional nenhuma referência a substantivos transitivos;

d) conceituar *frase* como um enunciado de sentido completo, como se vê na *Nova gramática do português contemporâneo*⁴ (CUNHA e CINTRA), em que encontramos a seguinte conceituação à página 119: “FRASE é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação”. Já na *Novíssima gramática da língua portuguesa* (CEGALLA), lemos à página 319: “[Frase] é todo enunciado capaz de transmitir a quem nos ouve ou lê, tudo o que pensamos, queremos ou sentimos”.

⁴ Não deixa de ser digno de nota o recurso marqueteiro utilizado pelas grandes editoras em relação aos títulos estampados por suas gramáticas. Quase sempre encontramos neles palavras supostamente denotadoras de modernidade e inovação, como “nova”, “novíssima”, “moderna”, “contemporâneo”, “brasileira” (em contraposição a uma arcaica denominação de “portuguesa”, ligada ao português europeu), etc., que visam a descolar tais publicações de títulos já exaustivamente batidos no mercado editorial. Trata-se, quase sempre, no entanto, de uma mera fachada mercadológica para um conteúdo ou produto para lá de tradicional.

Relacionemos essas conceituações de frase, tão comuns em nossas gramáticas tradicionais, com o enunciado abaixo transcrito:

"O pai de Eloá é acusado de ter matado um delegado e sua primeira mulher." (CORREIO BRAZILIENSE, p.19)

O trecho acima constitui, como qualquer usuário da língua portuguesa pode intuitivamente perceber, uma frase, mas teríamos aí um "enunciado de sentido completo" como comumente se define essa estrutura linguística? Evidentemente que não, uma vez que, se não dispomos de uma contextualização para tal sentença, se não a relacionamos com o corpo da reportagem em questão, não nos é possível depreender, a partir da leitura do enunciado, se o pai de Eloá é acusado de matar sua mulher ou a mulher do delegado.

Poderíamos citar infinitos outros exemplos, mas fiquemos por aqui para não enfastiar o leitor.

Vê-se, assim, que a concepção, tão difundida pela mídia grande, da gramática normativa como o repositório completo, coerente e definitivo do sistema linguístico não passa de uma falácia engendrada por uma elite socioeconômica que impõe hegemonicamente a sua concepção de língua (que nem ela mesma utiliza efetivamente) como a única "correta" e digna de prestígio – postura elitista e excludente, já que desconsidera todas as outras modalidades linguísticas efetivamente empregadas pela maioria esmagadora do povo brasileiro. Nunca é demais lembrar que a norma padrão não passa de mais uma variedade da língua, em meio a tantos outros usos existentes no português.

As modalidades não padrão da língua apresentam regras específicas e sistemáticas de estruturação gramatical já exaustivamente descritas pela ciência linguística (ótima leitura a esse respeito é o esclarecedor livro – entre outros tantos do mesmo autor – do eminente linguista Marcos Bagno, *Nada na língua é por acaso*, que procura demonstrar justamente isto: que tudo o que o falante diz não constitui obra do acaso, mas apresenta regularidades surpreendentes).

Os arautos do atraso, muitas vezes a serviço da mídia grande e da indústria editorial, vivem a apregoar a "ruína" da língua de Camões, esquecendo-se de que o próprio Camões foi um revolucionário em relação à língua portuguesa culta de seu tempo.

Os eugenistas defensores de uma pretensa língua "pura" e "escorreita" culpam, sobretudo, os linguistas, considerados como uns

esquerdistas de meia-pataca (*Veja*, em sua edição de 23/05/2011, chega a empregar o termo "talibãs da linguística"⁵) para quem tudo o que o povo (no sentido mais pejorativo possível dessa palavra) fala "está certo". Na visão dos catastrofistas de plantão, os linguistas apregoariam uma espécie de "valeduto" na seara da linguagem. Mas a questão é que a Linguística não procura "justificar o erro", como faz crer a ideologia hegemônica, mas sim fundamentar teoricamente o uso da língua por parte dos usuários efetivos do idioma, sem preconceituações quanto à classe social do falante. O linguista simplesmente descreve o que é *efetivamente empregado* pelos usuários da língua, ou seja, baseia-se em dados colhidos da realidade social concreta de uma comunidade linguística.

O preconceito linguístico constitui, antes de tudo, uma estigmatização social. Ele nada mais representa do que uma estereotipação entranhada numa sociedade tão desigual e excludente como a nossa, pois por meio dele se discrimina subliminarmente (e às vezes escancaradamente) não a modalidade linguística em si mas o sujeito que a emprega em seus atos de fala cotidianos. Trata-se, portanto, de mais um fator de exclusão social em meio a tantos outros existentes em nossa sociedade, que ainda, infelizmente, não aboliu a ignominiosa separação entre os herdeiros da casa-grande e os egressos da senzala.

O preconceito linguístico está aí, vivo e forte, quando a mídia nativa e seus ilustrados articulistas ridicularizam a fala do ex-presidente Lula, por exemplo. Na realidade, ao focarem as "gafes" linguísticas do antigo operário, acabam também por desdenharem da fala da grande maioria do povo brasileiro, visto como um bando de "caipiras", expressão usada certa feita por um nosso ex-presidente-sociólogo, este, inclusive, mais afeito à língua de Flaubert, muito mais "chique" e "civilizada" do que o tatibitate balbuciado pelo populacho dos trópicos sul-americanos.

A questão é que, ao contrário do que faz supor o senso comum (por influência do discurso hegemônico, difundido com tanta avidez pela mídia grande), a língua não constitui um sistema abstrato, homogêneo e imutável a pairar incólume e acima das contingências do dia a dia, e muito menos sua descrição se esgota nas frias páginas de um compêndio gramatical, por mais extenso que ele se revele.

Qualquer sistema linguístico apresenta grande variabilidade em seu uso concreto nos mais diversos eventos discursivos, e essa variabilidade não constitui um fenômeno esporádico, eventual, assistemático e muito menos

⁵ Reinaldo Azevedo, em seu *blog* (<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo>), chega a promover o já citado Bagno à categoria de "aiatolá". Nada mal para quem outro dia mesmo era cognominado um reles "talibã" pela Editora Abril.

representa um “erro” ou uma “deturpação”, mas sim constitui processo intrínseco e constante de todas as línguas humanas e que as adapta às inevitáveis transformações pelas quais passa a sociedade. A variação e a mudança são da essência dos sistemas linguísticos em geral, o que descarta a hipótese de uma língua uniforme e imutável, cuja existência prescindia de uma comunidade linguística concreta que a realize em seus atos cotidianos de fala.

Reinaldo Azevedo, pelo que escreve em seus textos, parece também desconhecer as diretrizes educacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação, que estabelecem uma orientação pluralista e, portanto, inclusiva para o ensino de língua materna em nosso país. É o caso de perguntar se nossos jornalistas que demonstram gosto em polemizar sobre o ensino de língua em Pindorama já se deram ao trabalho de ler uma linha sequer dos Parâmetros Curriculares Nacionais antes de escreverem acerca de assuntos relacionados à língua portuguesa e a seu ensino em nossas escolas.

Nosso articulista considera um absurdo (palavras suas, acreditem!) a escola trabalhar a “comunicação e expressão” do estudante; critica o “uso criativo” da língua; diz que Paulo Freire (1921-1997), um dos nossos maiores educadores, reconhecido internacionalmente por suas inovadoras e revolucionárias ideias e práticas pedagógicas inclusivas, não passa de um “esquerdista que prestou um desserviço gigantesco à causa” ao exaltar o “universo do educando”.

Só por essas palavras deselegantes, superficiais e obscurantistas podemos ter uma ideia de como o articulista e a mídia nativa a quem ele serve encaram a Educação.

Hitler e Stálin adorariam ter como Ministro da Educação uma pessoa que proferisse, como proferiu Reinaldo Azevedo em seu artigo, as seguintes palavras em tom de deboche: “As aulas se transformaram em debates, em que o aluno é convidado (santo Deus!) a fazer colocações e a se expressar”. Para o jornalista, o estudante ideal deveria ficar sempre calado, seria desprovido de sua história pessoal (e, portanto, de sua identidade social) e só recitaria Camões.

Por falar em Stálin, nosso articulista finalmente conseguiu vislumbrar um aspecto positivo no ditador soviético: “Stálin era metido a linguista. Num rasgo de consciência, é dono de uma frase interessante: 'Fizemos a revolução, mas preservamos a bela língua russa!'.”

Personalidades autoritárias, conservadoras e dogmáticas sempre advogam a eugenia linguística. Hitler orgulhava-se da “imponente” língua alemã, Stálin envaidecia-se da “bela” língua russa. Reinaldo Azevedo, com as bobagens que escreve acerca da língua portuguesa e seu ensino, traveste-se

de arauto da “castiça e impoluta” última flor do Lácio, que, em sua visão, encontrar-se-ia à beira do ocaso.

Na Roma antiga, muito provavelmente existiam alguns reinaldos azevedos a imprecarem contra a ruína da língua de Virgílio, cujas “desvirtuações” ao longo do tempo culminaram no português “correto”, defendido com tanto afinco nos dias de hoje pelo empregado da Editora Abril.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. *O tronco do ipê*. 4. ed. São Paulo, Ática, 1980.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Roberto Carlos em detalhes*. São Paulo: Planeta, 2006.
- CAROS AMIGOS, edição de novembro/2010.
- CARTA CAPITAL, edição de 24/05/2006.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005.
- CONY, Carlos Heitor. In *Folha de S. Paulo*, 20/04/2007.
- CORREIO BRAZILIENSE, edição de 26/10/2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley Cintra. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.
- DRUMMOND, Carlos Drummond de. *Alguma poesia: o livro em seu tempo*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2010.
- ESTADO DE MINAS, edição de 31/03/2010.
- FOLHA DE S. PAULO, edição de 10/06/2011.
- _____, edição de 27/11/2010.
- GLEISER, Marcelo. In *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 04/02/2007.
- PAIVA, Marcelo Rubens. In *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 28/04/2007.
- VEJA, edição de 02/05/2007.
- _____, edição de 12/09/2007.
- _____, edição de 23/05/2011.